

RESENHA

“A nova América Latina”

CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. *A nova América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 359p.

Carolina Marback Barbosa de Souza

<https://orcid.org/0000-0002-9325-5672>

carolmarback7@gmail.com

A América Latina em tempos de globalização

Em *A nova América Latina*, os sociólogos Calderón e Castells (2021) têm como desafio descrever e analisar as consequências das transformações comunicacionais e tecnoeconômicas, suscitadas pela globalização, nas sociedades latino-americanas. Nessa reflexão, consideram os traços patrimonialistas e corporativos históricos daquelas sociedades que constituem a América Latina, expondo como foram impactadas pelos efeitos do neoliberalismo. Desse modo, observam a emergência de protestos sociais generalizados em toda a região, bem como a recorrência à política econômica neodesenvolvimentista ao longo dos anos 2000.

O processo de globalização não integrou completamente todos os países latino-americanos, uma vez que incorporação seletiva e marginalização estrutural o compõem. Consequentemente, identidades socioculturais, expressas através da história e da luta pelo reconhecimento dos direitos de quem vive nos territórios da América Latina, ressurgem e se apresentam como contraponto ao mundo globalizado, pois não se pode ser cidadão do mundo por não se ter recursos para tanto.

Ao refletir sobre os diferentes significados atribuídos ao conceito de globalização, Canclini (2018) argumenta sobre a sua falta de consenso ora para situar o momento histórico no qual surgiu ora para precisar sua capacidade de reorganizar ou decompor a ordem social. Todavia, tenta formular uma definição: “(...) apresenta-se como um conjunto de processos de homogeneização e, ao mesmo tempo, de fragmentação articulada do mundo que reordenam as diferenças e as desigualdades sem suprimi-las.” (CANCLINI, 2018, p. 72)

No entender de Calderón e Castells (2021), a globalização interfere nas relações entre o Estado e os cidadãos, visto que o Estado-nação para integrar-se a ela, maximiza seu acesso à riqueza e ao poder, formando redes transnacionais, incrementando, assim, a distância entre o Estado e a nação, entre o imperativo global e a representação local. Daí, identificam que a crise de legitimidade política e a corrupção do Estado conseguiram solapar, em alguns anos, o vín-

culo de confiança mínima entre governantes e governados, fragmentando as sociedades e colocando em questão tanto as lideranças neopopulistas quanto as enganosas fachadas das democracias eleitorais.

Acerca da globalização, Canclini (2018) a compreende, também, em sua dimensão paradoxal, referindo-se tanto à expansão dos mercados quanto à redução da capacidade de ação dos Estados nacionais, dos partidos, dos sindicatos etc. Argumenta, então, que nos regimes democráticos de escala nacional, a proximidade com o poder era possibilitada através de interações entre organismos locais, regionais e nacionais. Desse modo, embora as formas de representação entre os três níveis nem sempre fossem transparentes aos cidadãos, as farsas e traições eram mais fáceis de reconhecer que nas relações distantes estabelecidas entre cidadãos e às entidades supranacionais na ordem global. Além disso, menciona que a transferência das instâncias de decisão da política nacional para uma vaga economia transnacional reduz os governos nacionais a simples administradores de decisões alheias, aniquilando as políticas de planejamento de longo prazo e desgastando a crença dos latino-americanos na capacidade de governar de seus representantes.

A consolidação de regimes estatistas na América Latina é observada por Calderón e Castells (2021), que consideram seu controle por um partido poderoso, enveredando para um Estado patrimonial-corporativo, no qual o acesso às empresas públicas tornou-se fonte de recursos, influência e poder para os movimentos neopopulistas, gerando uma corrupção generalizada do sistema político¹ em quase todos os países. O disseminar da corrupção desviou os interesses do mercado para o Estado. Nesse sentido, a crise latino-americana concentra-se no sistema político e estatal, residindo nessas esferas seus principais conflitos.

Quanto à economia criminal da América Latina, ressaltam a sua capacidade de evitar a ação reguladora e coercitiva do Estado, uma vez que nele penetra por meio da corrupção e o intimida, tal como o faz no âmbito civil. Com efeito, o aumento da violência latino-americana é constatado, em particular de homicídios. Esse crescimento está associado ao narcotráfico e outras atividades da economia criminal – a exemplo do tráfico de mulheres e crianças; do tráfico de armas; dos sequestros; das extorsões e roubos de todo tipo, tornando a região uma das mais violentas do mundo.

A consolidação da sociedade urbana latino americana é outro aspecto relevante analisado, visto que 80% de sua população aí habita. Os sociólogos denominam esse processo como sendo pluricêntrico e diferenciado socialmente, pois produziu importantes avanços nos indicadores de desenvolvimento humano e, simultaneamente, aumentou aqueles de desenvolvimento desumano, como a insegurança, o medo, a violência e a deterioração da vida cotidiana. Assim, concluem que essa urbanização é paradoxal, haja vista que benefícios econômicos e sociais, propiciados pela combinação do crescimento econômico e redistribuição social de recursos nas duas primeiras décadas do século XXI, deram-se em condições que geraram graves problemas de qualidade de vida e sobrevivência das pessoas. Desse modo, inferem que a urbanização e a metropolização, ocorridas na América Latina, produziram um desenvolvimento inumano, pois a questão urbana, ao longo do século XX, esteve vinculada às migrações rurais e imigrações internacionais; aos processos limitados de industrialização dependente; ao desajuste entre urbanização acelerada e industrialização precária; à concentração do emprego

¹ Ao longo dos anos 2000, a agenda pública da América Latina caracteriza-se pela expectativa da superação da pobreza e da redução das desigualdades. Nesse cenário, atribui-se ao Estado o papel de promotor e regulador desses valores. Embora os governos latino-americanos tenham melhorado situações sociais de carência e postulado direitos, não conseguiram prosseguir com a consolidação de uma democracia renovada devido às situações de poder que levaram à corrupção de grande magnitude. (CHERESKY, 2016)

no setor informal, de serviços e terciários e às rendas baixas e déficits crônicos nos níveis do consumo coletivo.

No empenho de elaborar um panorama geral da América Latina do final do século XX e começo do XXI, Calderón e Castells (2021), também, abordam a dinâmica multicultural aí observada. Consideram que o crescimento econômico, registrado nos primeiros quinze anos desse século, a redução da pobreza e a mobilidade ascendente produziram mudanças na estratificação social que possibilitaram a inclusão digital de setores excluídos até então. Destacam que, em 2014, a difusão da *internet* alcançou 70% da população latino-americana entre os jovens de dezesseis a vinte e nove anos.

A nova multiculturalidade parece organizar-se, cada vez mais, através da individualização das pessoas e não por meio de coletivos socioculturais, segundo os autores. Ressaltam que o acesso coletivo e diferenciado ao mercado e à indústria cultural dos meios de comunicação produz tal individualização, fomentada pelas diferenciações social e funcional. Simultaneamente ao crescente processo de individualização, centrado no sujeito da sociedade, ocorre a redefinição ou a perda de peso, em termos relativos, dos atores coletivos. No bojo desse processo, identificam que as novas tecnologias da informação e comunicação estão permitindo redefinir e criar, de maneira específica, novos valores, aspirações, identidades e crenças que organizam formas de compreensão, convivência e movimentos sociais, sobretudo entre os mais jovens, não só na América Latina, mas também em países do Oriente Médio, norte da África, Islândia e Estados Unidos – como bem demonstrou Castells (2013) em “Redes de indignação e esperança”.

Atentos ao fenômeno das migrações, característica estrutural e marcante nos contextos da globalização e crise multicultural em quase todo o mundo, os sociólogos reportam-se ao relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) para as migrações, segundo o qual, em 2017, mais de 60% dos emigrantes internacionais residiam na Ásia e na Europa: 80 milhões e 78 milhões, respectivamente. Já na América do Norte, os emigrantes representavam 58 milhões. Além disso, grande parte dos imigrantes internacionais – procedentes da Europa (67%), Ásia (60%), Oceania (60%) e África (53%) – residia num país localizado em sua região de nascimento. Contrariamente, entre os imigrantes internacionais da América Latina e Caribe e da América do Norte, respectivamente 84% e 72%, moravam numa região diversa daquela em que nasceram. A ONU² constata também que Europa e América do Norte são as regiões que mais atraem imigrantes, enquanto América Latina, África e Ásia são as que expulsam mão de obra.

Comentam que as mudanças experimentadas pelas sociedades latino-americanas em suas complexas diversidades nacionais, regionais e políticas também envolvem a família, um dos eixos fundamentais da reprodução social. Ao tratarem sobre mudanças familiares e a crise do patriarcado, Calderón e Castells (2021) associam esses temas à transição demográfica, caracterizada pela diminuição da mortalidade e um aumento da expectativa de vida em todos os países da América Latina. Ademais, verificam outras tendências que a compõem: crescimento do mercado de trabalho associado ao aumento da idade reprodutiva das mulheres; acréscimo da idade do casamento ou da união dos casais; adiamento da maternidade e diminuição do número de filhos em relação ao passado e o fato de que o homem deixou de ser a fonte exclusiva de renda. Baseados na observação desses aspectos, concluem que a família

² À guisa de atualização, importa considerar as informações da ONU, quanto ao aumento dos fluxos migratórios latino-americanos após a pandemia da COVID-19 devido à fome por ela provocada, bem como às crises alimentar, financeira e de combustível, associadas à guerra entre Rússia e Ucrânia. Segundo a ONU, das 65 economias que estão passando por choques alimentares, financeiros e energéticos, 19 estão na América Latina e Caribe. (ONU NEWS, 2022)

patriarcal extensiva e/ou nuclear está se transformando em outro tipo de organização familiar mais aberta e complexa.

No capítulo intitulado "O poder da identidade: multiculturalidade e movimentos sociais", tratam sobre o tecido multicultural, vivo e complexo, que caracteriza os povos originários da América Latina desde a sua formação e abordam movimentos socioculturais, como o Zapatismo no México, o dos Camponeses Interculturais na Bolívia, o dos Mapuches na fronteira Chile-Argentina e o dos afrodescendentes no Brasil, que deslançaram ao findar do século XX e começo do século XXI. Eles ultrapassam a capacidade de gestão do Estado, evidenciando os limites da institucionalidade democrática e do sistema político de tomada de decisões. De maneira enfática, afirmam que as mudanças multiculturais, produzidas pelos referidos movimentos, estruturam o poder e as opções políticas e de desenvolvimento na região, apesar dos conflitos em torno da reprodução social, da desigualdade ou aqueles propriamente institucionais que se expressam no plano cultural. No entender dos sociólogos, os protestos indicam a emergência de uma nova politicidade na América Latina.

Os diferentes protestos e lutas dos povos originários, assim como dos Afrodescendentes no Brasil, estão associados tanto à situação de pobreza e desigualdade, às quais estão expostos, quanto às demandas por reconhecimento em sua diversidade, como cidadãos e atores de seu próprio desenvolvimento. À luz dessa perspectiva de análise, os autores argumentam que os processos de modernização, industrialização e democratização que o Brasil viveu, não transformaram de forma intrínseca o padrão de estratificação social de origem colonial, que, ao contrário, continuou a se reproduzir e a se complexificar sob novas condições. Tais diferenças são constatadas no mercado de trabalho, mas também em termos de violência e discriminação étnico-cultural. Reconhecem, todavia, que a criação da Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial e o aumento da cobertura da população negra pelas políticas sociais universais ampliaram as oportunidades da população afro-brasileira.

Quanto ao fenômeno da comunicação digital, Calderón e Castells (2021) o relaciona às mudanças significativas no espaço político contemporâneo, tendo em vista a globalização e o impacto das tecnologias de informação e comunicação que redefinem o papel central dos meios de comunicação de massa, em especial da *internet*. Compreendem que ela desempenha uma função primordial concernente à política devido ao peso da publicidade e do marketing; à difusão das pesquisas de opinião pública; à visibilidade dos movimentos sociais, que se expressam também nas redes, e à manifestação de conflitos na rede e na rua. Tais questões, suscitam a reflexão sobre a emergência de uma nova e complexa politicidade comunicativa, em termos do sentido ético da política e da ampliação do campo do possível. Afirmam que esses processos acontecem e evidenciam, simultaneamente, os limites da democracia representativa³ e da autonomia do Estado, fatores que redefinem o espaço público na era da informação.

Embora reconheçam as vantagens das tecnologias da comunicação e informação, tanto na esfera individual quanto coletiva, os autores consideram que as redes não são instrumentos de transformação real, por si mesmas, nem de experiências autênticas de comunicação. Comentam que a experiência dos primeiros quinze anos das redes sociais, baseada na *internet*, mostra que, para além de seu potencial democrático, elas também constituem uma fonte de manipulação, desinformação e cada vez mais de usurpação comunicacional por

³ A desconfiança nas instituições e a ruptura da relação entre governantes e governados demonstram a crise da representação política, pilar da democracia liberal, não apenas na América Latina, mas em todo o mundo – tal como tratou Castells (2018) na obra "Ruptura: a crise da democracia liberal". Em análise das operações judiciais para combater esquemas corruptos, Castells (2018) comenta que essas se manifestam em variados cenários continentais, inclusive nos Estados Unidos e na União Europeia.

parte de robôs programados por poderosos centros de poder, como as agências de inteligência russas e americanas.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, consideram eles que a corrupção foi o fator desencadeante das crises sociopolíticas que abalaram a estabilidade do Estado em quase todos os países da América Latina. No capítulo “A corrupção do Estado”, analisam que tanto o neoliberalismo quanto o neodesenvolvimentismo, modelos de desenvolvimento que predominaram nos referidos decênios, expressaram políticas de Estado que articularam interesses diversos quanto às formas de inserção do local e do nacional no global.

No neoliberalismo, modelo que ocasionou o aumento substancial da desigualdade e da pobreza em todos os países latino-americanos e a exclusão social na maioria deles, a fonte dos múltiplos processos de corrupção deu-se através da desregulamentação e privatização parcial das atividades públicas para beneficiar grupos empresariais nacionais e multinacionais em troca de prestações, legais ou ilegais, aos atores políticos com capacidade de decisão. Salientam, ainda, que medidas neoliberais preconizaram a competitividade entre pessoas, empresas e países, deixando que o mercado decidisse sobre o uso de recursos em todos os setores, incluindo aqueles, nos quais, valores humanos prioritários, como saúde, educação, segurança e proteção ambiental, não podem ser garantidos pelo mercado em ambiente de extrema desigualdade social. Com efeito: “A perda parcial da cobertura social do Estado foi sentida como injusta especialmente diante da percepção de uma sociedade em que os mais fortes fazem suas próprias regras acima da lei.” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021. p. 276). Decorre daí o surgimento de contestações sociais e políticas, voltadas ao neoliberalismo de Estado, que endereçaram sua crítica à corrupção descontrolada aos grupos e às pessoas com acesso ao poder.

O neodesenvolvimentismo, por sua vez, aprofundou a inserção na economia global, incrementando o crescimento e realizando uma redistribuição de recursos, o que melhorou a condição dos pobres, pois em países como o Brasil e a Argentina, por exemplo, houve a tentativa de promover o acordo social e diminuir as desigualdades. Paradoxalmente, esse modelo desembocou, no plano político, na deslegitimação do Estado, cujo principal sintoma fez-se sentir por meio da corrupção estatal. Em análise comparativa da corrupção entre os modelos de desenvolvimento, supõem que, no neodesenvolvimentismo, o fenômeno se expressou mais visivelmente, originando graves crises políticas e mais sistêmico que no neoliberalismo.

As consequências da corrupção do Estado dizem respeito à destruição do vínculo de confiança entre governantes e governados, sobre a qual repousa a legitimidade democrática, bem como a consagração da política de escândalo como fórmula de conflito político. Em análise complementar, Cheresky (2016) argumenta que os governos latino-americanos têm se caracterizado pelo paradoxo da democracia contínua⁴ – fenômeno que consiste em, permanentemente, colocar em jogo a legitimidade no exercício do poder e não apenas no momento do ato eleitoral.

Enfim, “A nova América Latina” é uma leitura recomendada para pesquisadores, cientistas sociais e àqueles interessados em compreender a recente geopolítica e a dinâmica socio-cultural dos países latino-americanos nas três últimas décadas. A diversidade social e cultural da região é retratada num rico panorama de abordagem, elaborado por Calderón e Castells (2021), que analisam os impactos da globalização na América Latina. Desse modo, o livro apresenta uma valiosa contribuição para a Sociologia Política, enfocando movimentos e conflitos

⁴ Deve-se à autonomia da sociedade, uma vez que a soberania no ato eleitoral é parcial e transitória, emergindo atores que questionam a legitimidade dos líderes políticos, os quais podem decair rapidamente em sua capacidade de governar. Com efeito, flutuação do eleitorado e da opinião pública podem surgir em contextos caracterizados pela desconfiança dos cidadãos para com os governantes e representantes.

sociais aí deslanchados e que, ao certo, indicam a construção de possíveis caminhos não hegemônicas em meio às crises e mutações globais.

Referências

CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. *A nova América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CANCLINI, Néstor. *A globalização imaginada*. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2018.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHERESKY, Isidoro. Dilemas e desafios da democracia na América Latina. Deterioração ou renovação? *Revista USP*. São Paulo, n. 109, p. 53-66, abr./ mai. /jun. 2016.

FOME crescente na América Latina aumenta fluxos migratórios, alerta ONU. ONU NEWS. 14 junho 2022. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2022/06/1792352>. Acesso: 17 out. 2022.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2010.